

# Do Serviço de Estudos e Informações (SEI) ao Centro de Informações do Exterior (CIEX): a institucionalização das políticas de informação e repressão ao comunismo no Itamaraty

*From the SEI (Serviço de Estudos e Informações) to the CIEX (Centro de Informações do Exterior): the Itamaraty and the process of institutionalization of the information activity in Brazil to combat international communism*

**Adrianna Setemy\***

---

## Resumo

Este artigo irá analisar de que maneira o Itamaraty, enquanto principal e mais tradicional órgão formulador e executor da política externa brasileira, se inseriu na complexa rede de informações que começou a ser oficialmente estruturada no Brasil em 1927, durante o governo do presidente Washington Luis, e se institucionalizou no ano de 1964, quando foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), tendo como principal alvo o combate ao comunismo internacional.

---

## Palavras-chave:

atividade de informações, diplomacia, CIEX.

---

\* Professora da área de Teoria e Metodologia da História da Universidade de Brasília (UnB), possui graduação em História pela Universidade de Brasília (2005), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008), doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013) e Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). Tem experiência na área de História Contemporânea do Brasil e da América Latina, com ênfase nas últimas ditaduras militares do Cone Sul, atuando principalmente nos seguintes temas: memória social e violência política. E-mail: asetemy@gmail.com.

**Abstract:**

This article analyses how the Itamaraty, as the main and most traditional organism that formulate and execute Brazilian foreign policy, was inserted in the complex information network that began to be officially structured in Brazil in 1927, during the government of President Washington Luis, and was institutionalized in 1964, when it was created the National Information Service (SNI), having as main target the combat against the international communism.

**Keywords:**

information activity, diplomacy, CIEX

Boa parte da história da atividade de informações no Brasil é, ainda hoje, um segredo bem guardado, ou está irremediavelmente perdida pela destruição proposital e sistemática de uma parcela significativa de sua documentação mais sensível, após o fim do regime militar. Além disso, a abordagem deste tema, no Brasil, tornou-se uma tarefa difícil tanto pela grande dificuldade de acesso à documentação, como também pelo fato da atividade de informações, em si mesma, carregar uma conotação negativa perante a sociedade democrática, decorrente do perfil assumido pelos órgãos responsáveis por esse tipo de atividade durante o regime militar, quando sua atuação esteve diretamente relacionada à tortura, corrupção, violação dos direitos e liberdades civis. Esta estigmatização da atividade de informações, concomitante ao processo de reabertura política após duas décadas de ditadura militar, desencadeou um processo crescente de silenciamento das memórias daqueles que estiveram envolvidos com essa prática, o que resultou num esvaziamento do debate político e acadêmico a respeito do funcionamento, da atuação e das práticas dos órgãos responsáveis.<sup>1</sup> Atualmente, grande parte das discussões centra-se mais no “como fazer”, do que no “o que é”, “quem participa” e no “como funciona” a atividade de informações no Brasil, e como resultado disso, pouco se sabe a respeito do processo de elaboração e institucionalização desta atividade, bem como a respeito dos atores que estiveram envolvidos neste processo.

A atividade de informações é antiga e sua importância estratégica já é reconhecida desde as guerras napoleônicas. Entretanto, no final do século XIX, à medida que os conflitos se tornavam mais complexos, este tipo de atividade se burocratizou, se tornou regular e passou a ser considerada fundamental enquanto instrumento do Estado para o planejamento e execução da política nacional, sob o prisma da segurança

<sup>1</sup> ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: entre a teoria e a prática. Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

do Estado e da sociedade. Em termos conceituais, a informação pode ser classificada em interna e externa. Por informação interna ou doméstica, compreende-se as informações relativas ao poder e potencial nacionais, bem como aos óbices que possam produzir efeitos no âmbito interno do país e no estabelecimento, execução e acompanhamento da política de governo. A informação externa, por sua vez, consiste no conhecimento de fatos ou situações relativas a um país estrangeiro, grupos de países, organismos internacionais ou atores transnacionais, tendo em vista o planejamento, a execução e o acompanhamento da política externa e o aproveitamento ou neutralização dos efeitos que os fatos ou situações conhecidas possam produzir na política nacional.<sup>2</sup> Embora o exercício da atividade de informações esteja geralmente associado aos momentos de guerra, não se trata de uma ferramenta exclusivamente militar.

Michael Herman e Jenifer Sims, autores de importantes trabalhos na área de *Intelligence Studies*, chamam a atenção para o fato de que desde a assinatura do Tratado de Vestfália (1648) a diplomacia agregou entre as suas principais atividades a coleta de informações ao lado da elaboração e execução da política externa, mas que com a consolidação dos Estados modernos, diplomacia e atividade de informações foram gradativamente se separando, se constituindo como funções distintas e se desenvolvendo como instituições separadas, com lentes diferenciadas de percepção da realidade, mas ainda compartilhando um objetivo comum: obter informações e conhecer os países estrangeiros. Ao longo dos últimos dois séculos foram elaboradas convenções e protocolos que passaram a definir os métodos aceitos e não aceitos pelo Direito Internacional na obtenção de informações em países estrangeiros. Estes critérios foram reunidos na Carta das Nações Unidas (1945),<sup>3</sup> que determinou que todos os seus membros deveriam evitar a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado; e na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961),<sup>4</sup> que definiu as razões da diplomacia e as condições legais segundo as quais poderia atuar no país hospedeiro. A atividade de informações foi assim adquirindo uma nova escala operacional e constituindo-se enquanto uma instituição organizada, profissional, permanente e autônoma, ao mesmo tempo em que passou a estabelecer com a diplomacia uma relação de colaboração e competição, simultaneamente, ambas interagindo no sentido de reforçar uma a outra, às vezes modificando-se mutuamente.<sup>5</sup>

<sup>2</sup> *MANUAL BÁSICO DA ESG*, 1977-1978, p. 301-303.

<sup>3</sup> ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Carta das Nações Unidas, de 26 de junho de 1945.

<sup>4</sup> VIENA. Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961.

<sup>5</sup> Entre os seus principais trabalhos na área de *Intelligence Studies* destacam-se: HERMAN, 2005; e HERMAN, 1996.

Apesar dos serviços de informações terem gradativamente se transformado em organizações permanentes e especializadas e se constituído em instrumento legítimo de poder do Estado, a diplomacia não deixou de exercer a função de coletar informações e produzir conhecimento visando a tomada de decisões, tanto ostensivamente como de maneira encoberta. No Brasil, para efeito de sua finalidade essencial que é servir ao processo decisório do chefe de Estado, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), desde os longínquos anos de sua origem, em 1808, esteve preocupado em produzir informações estratégicas como também em salvaguardar os segredos de Estado. A descrição de fatos e situações sobre os países hospedeiros ou sobre questões de interesse maior para o Estado, na cena internacional, e adoção de medidas de proteção aos assuntos sigilosos sempre foram tarefa prioritária executada pelos diplomatas brasileiros, no cumprimento de suas missões no exterior. Além disso, ao longo do processo de estruturação e organização do Estado brasileiro, verifica-se uma constante e crescente colaboração ente o MRE e a Polícia na vigilância e controle de estrangeiros em solo brasileiro e também de brasileiros, e mesmo de estrangeiros, em outros países, mas que pudessem representar algum tipo de ameaça para a soberania e segurança nacional.

A partir da pesquisa a extensos conjuntos de documentos diplomáticos, este artigo irá descrever a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo no âmbito do Itamaraty, a partir de uma perspectiva institucional, eu diria mesmo de uma perspectiva da tradicional história diplomática, mas enfatizando um problema nada convencional dentro dessa tradição que foi o envolvimento do Itamaraty com atividades de informação anticomunista.

### *O Itamaraty e os serviços prestados à causa anticomunista através das ações dos SEI*

Os primeiros passos para a formalização e organização da atividade de informações no Brasil foram dados no governo do presidente Washington Luis (1926-1930), quando foi criado, em 1927, o órgão civil federal denominado Conselho de Defesa Nacional, que tinha como missão exclusiva o estudo e coordenação de informações sobre todas as questões relativas à “defesa da Pátria”.<sup>6</sup>

A criação do Conselho naquele momento tinha o objetivo de acompanhar e avaliar os agitados acontecimentos da década de 1920,

<sup>6</sup> Decreto n. 17.999, de 29 de novembro de 1927.

pois não só o Brasil passava por um momento de turbulências, com as manifestações do movimento tenentista e o surgimento do movimento operário, como diversas partes do mundo se encontravam abaladas com a vitória da Revolução Russa em 1917, além de estar enfrentando uma crise econômica que culminou com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929.

Após o golpe de outubro de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o comunismo passou a ser reprimido com muito mais energia do que durante os anos em que Washington Luís esteve na presidência. Para isso, Vargas iniciou um amplo reaparelhamento da polícia, a fim de dotá-la de um saber técnico e específico e também de uma capacidade de ação que lhe habilitasse a estabelecer ligações tanto internamente, entre as polícias dos diversos estados brasileiros, como externamente, com as polícias de outros países, a fim de garantir a eficácia no combate à “conspiração comunista internacional”. As frentes de combate eram várias, e neste sentido foram realizados convênios internacionais das polícias sul-americanas, reunindo Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, além de acordos internacionais de cooperação com a polícia de outros países, tais como Estados Unidos e Alemanha. Havia ainda as atividades de vigilância desempenhadas pelos diplomatas brasileiros em missão no exterior, tudo isso a fim de ampliar o intercâmbio formal e informal de informações relacionadas ao comunismo e outras ideologias consideradas contrárias à do Estado.<sup>7</sup>

Em 1934, após a adoção de medidas que tornaram constitucional o governo provisório instaurado com a “Revolução de 1930”, Getúlio Vargas reorganizou o Conselho de Defesa Nacional e alterou sua denominação para Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN).<sup>8</sup> A fim de complementar sua organização criou a Comissão de Estudos de Defesa Nacional, a Secretaria Geral da Defesa Nacional e as Seções da Defesa Nacional (uma em cada ministério), que só receberam um regimento interno e passaram a funcionar, efetivamente, em 1942.<sup>9</sup>

Em novembro de 1935, a eclosão do levante comunista em várias regiões do país provocou forte reação conservadora, inspirada no medo de que o Brasil viesse a se tornar uma “nova Rússia”, e deu origem à construção

<sup>7</sup> Para uma revisão bibliográfica dos trabalhos que, a partir da década de 1980, revisaram o período do Estado Novo e procuraram compreendê-lo a partir de novas fontes e perspectivas historiográficas, ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 183-213; e GOMES, Angela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. Estudos Históricos, vol. 9, n. 17, 1996. p. 65 – 67.

<sup>8</sup> Decreto n. 7, de 3 de agosto de 1934.

<sup>9</sup> Decreto n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934.

de um conjunto de representações anticomunistas, baseado em imagens fortes como violência, traição, covardia, massacre, estupro e práticas imorais de variada espécie. Assim, a chamada “Intentona Comunista”<sup>10</sup> serviu de justificativa imediata para uma maior concentração de poder nas mãos do governo central e para o desencadeamento de uma violenta repressão a todos os opositores do regime, tendo como principal braço executor a polícia. Além disso, o movimento desencadeou o processo de construção de uma versão mitológica dos levantes armados de 1935, que deitou raízes no imaginário social brasileiro e, ao longo do tempo, consolidou a imagem maléfica atribuída aos comunistas.<sup>11</sup>

Em vista da ameaça representada pela tentativa malograda de tomada de poder pelos “vermelhos”, o Executivo logo se preocupou em adotar uma série de medidas excepcionais que facilitaram o trabalho de vigilância e repressão, tais como a decretação de uma nova Lei de Segurança Nacional, em 14 de dezembro de 1935, que incluía novos crimes políticos e contra a segurança nacional; a criação, em janeiro de 1936, da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, encarregada de investigar e reprimir a ação dos participantes ou simpatizantes do levante de novembro de 1935; passou a exigir um atestado de ideologia para todos os que exerciam cargos públicos e sindicais; e, finalmente, em setembro de 1936, instituiu o Tribunal de Segurança Nacional, órgão da Justiça Militar criado para julgar os elementos acusados de envolvimento com a revolta de 1935. Em outubro de 1936, foi realizado no Rio de Janeiro o Congresso Nacional de Autoridades Policiais, que reuniu secretários de segurança e chefes de polícia de diferentes estados, a fim de discutir o problema da unificação do trabalho policial, tanto do ponto de vista da definição do alvo político de suas ações, como da transformação legal da Polícia Civil do Distrito Federal em central de informações e ações policiais para o país; além de problemas relacionados com a entrada, permanência e expulsão de estrangeiros; a propaganda extremista e formas de reprimi-la; e a troca de informações, sua estrutura e recursos materiais disponíveis para este fim.<sup>12</sup> Durante o encontro, foram votadas medidas que viabilizaram legalmente a federalização da polícia do Brasil, foram assinados convênios de colaboração entre as polícias civis de diversos estados, e além dos representantes das polícias estaduais, quatro ministérios estiveram presentes e se comprometeram a

<sup>10</sup> Esta designação foi cunhada pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa, já que o termo *intentona* significa “intento louco, plano insensato”.

<sup>11</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O anticomunismo militar. 1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 2004, p. 290-305.

<sup>12</sup> CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. 2 ed. Brasília: Editora UnB, 1994, p. 65.

participar do convênio policial: Guerra, Marinha, Trabalho, Indústria e Comércio e Relações Exteriores.

Ainda que, na teoria, o Direito Internacional reconheça a separação entre a profissão de diplomata e de agente de informações como dois ramos distintos e especializados da ação estatal no plano internacional,<sup>13</sup> no que se refere ao combate ao comunismo no Brasil, o Itamaraty não deixou de lançar mão da sua posição privilegiada e das suas relações nos países anfitriões a fim de obter informações sigilosas que pudessem atender às demandas dos chefes de Estado, autoridades políticas e policiais de seu país de origem.

Paralelamente à já tradicional cooperação do MRE com a Polícia no que se refere a vigilância de inimigos internacionais em território nacional e no estrangeiro, um memorando de janeiro de 1936, assinado pela chefe do Departamento de Negócios Políticos e Diplomáticos do Itamaraty, Odette de Carvalho e Souza, informava ao então ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, a conveniência de se criar no Itamaraty os Serviços de Estudos e Investigações (SEI), cujo objetivo seria “tratar da obra de repressão ao comunismo, mediante o estudo especializado da doutrina marxista, métodos da propaganda bolchevista, sua infiltração no nosso país e meios de combatê-la de maneira prática e eficiente”.<sup>14</sup>

A consulesa argumentava que ainda que o trabalho de investigação parecesse, a primeira vista, de competência exclusiva da polícia, o Itamaraty já havia “comprovado múltiplas vezes” que poderia prestar relevantes serviços à ação policial. Em seguida, apontava algumas as razões pelas quais o Itamaraty poderia vir a desempenhar um papel preponderante no combate ao comunismo. Primeiramente, dizia o memorando, devido ao caráter internacionalista do comunismo e ao seu princípio de revolução mundial, a luta antibolchevista deveria ser empreendida no terreno internacional, a partir do estabelecimento de uma estreita ligação entre a ação de todos os países contra o Komintern, e que este tipo de coordenação na obra de repressão ao comunismo, no terreno internacional, só poderia ser levada a efeito pelo Itamaraty. Além disso, dizia que as missões diplomáticas brasileiras poderiam constituir-se em ótimos postos de observação, e poderiam fornecer ao Itamaraty dados e informações preciosas sobre a ação, as táticas e as palavras de ordem lançadas por Moscou para estender ao mundo inteiro a sua “obra

<sup>13</sup> Ver HERMAN, Michael. *Intelligence Services in the information age*. NY: Frank Cass, 2005.

<sup>14</sup> Memorial – Criação dos Serviços de Estudos e Investigações (S.E.I.). Data: 28/1/1936. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. CAT.034 ex 1. Comunismo. Referência: 500.1, Lata 980, maço 15604.

nefasta de destruição”. Considerando que a ação bolchevista era levada a diferentes partes do mundo por elementos estrangeiros, e que no Brasil tal fato teria se verificado por ocasião da “revolução” de 27 de novembro de 1935, cujo financiamento e direção eram atribuídos a elementos estrangeiros ligados ao Komintern, aos consulados do Brasil no exterior caberia o papel preponderante no sentido de evitar a vinda de elementos “extremistas” e “indesejáveis”, negando-lhes o visto no passaporte, ou dificultando-o aos indivíduos “suspeitos”; caber-lhes-ia ainda a tarefa de facilitar a ação policial, fornecendo informações e dados sobre antecedentes de indivíduos presos ou suspeitos que já se encontrassem no Brasil, ou auxiliando a polícia na localização daqueles que haviam conseguido fugir à ação policial, sejam nacionais ou estrangeiros; e ainda nesse sentido, deveriam prevenir a vinda de elementos suspeitos, ou a introdução de material de propaganda no Brasil. O memorando informava ainda que o Itamaraty mantinha constante e estreita ligação com Instituições Internacionais incumbidas do combate ao comunismo, as quais prestavam ao mundo todo preciosas informações, cabendo à seção especializada na produção de informações, dentro do Itamaraty, a tarefa de reunir e coordenar tais informações, e em seguida, transmiti-las às autoridades mais diretamente interessadas, notadamente à Polícia e aos Ministérios Militares. O mesmo deveria ser feito em relação às informações recebidas das missões diplomáticas e consulares brasileiras no exterior, bem como com as informações fornecidas ao Itamaraty pelas missões diplomáticas e consulares acreditadas junto ao governo brasileiro.<sup>15</sup>

O SEI iniciou suas atividades em fevereiro de 1936 e funcionou de maneira experimental durante o período de um ano, sob a direção do Departamento de Negócios Políticos e Diplomáticos do Itamaraty, chefiado por Odette de Carvalho. Em janeiro de 1937, ela encaminhou um documento ao então Chefe de Gabinete do Ministro informando que, após um ano de funcionamento daquele serviço, haviam se multiplicado as colaborações prestadas pelo Itamaraty à causa anticomunista, e que disso podiam ser testemunhas o embaixador Macedo Soares, que naquele ano havia se afastado do MRE para assumir a Pasta da Justiça, Hildebrando Accioly, ex-chefe dos Negócios Políticos e Diplomáticos, bem como as autoridades militares e policiais com as quais o serviço havia colaborado.<sup>16</sup> Por essas razões, solicitava que o SEI passasse a funcionar

<sup>15</sup> Memorial de criação do Serviço de Estudos e Investigações. Rio de Janeiro, 28/01/1936. AHI-RJ, 500.1, Lata 980, maço 15.604.

<sup>16</sup> Criação dos Serviços de Estudos e Investigações. Rio de Janeiro, 18/1/1937. AHI-RJ, 500.1, Lata 980, maço 15.604.

como serviço adido ao Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, sob a direção imediata do ministro.<sup>17</sup>

Data de fevereiro de 1937 um documento intitulado “Projeto de Portaria criando os ‘Serviços de Estudos e Investigações do Itamaraty’ (SEI)”, assinado pelo ministro interino das Relações Exteriores, Mário de Pimentel Brandão. Estão sintetizados nas justificativas apresentadas logo no preâmbulo do projeto os motivos para criação do SEI:

I) O comunismo consistia numa doutrina de caráter internacional, que visava a implantação do regime soviético em todo o universo, mediante a revolução mundial;

II) O Komintern, “Ministério soviético para a revolução mundial”, reunia em seu seio os Partidos Comunistas do mundo inteiro, inclusive o P. C. brasileiro, e procurava infiltrar-se, por diferentes meios, na política interna de cada país visando a implantação do comunismo em todos eles;

III) As missões diplomáticas e consulares constituíam ótimos postos de observação, capazes de prevenir, esclarecer ou denunciar as manobras comunistas no terreno internacional e nacional de cada país, bem como suas ligações com a ação que o Komintern vinha realizando no Brasil;

IV) O Itamaraty prestou valiosa e prática colaboração aos Ministérios Militares, ao Ministério da Justiça e à Polícia na obra de prevenção e repressão ao comunismo, servindo-se de suas representações diplomáticas e consulares no estrangeiro para efetuar trabalhos de investigação, além de prestar informações e esclarecimentos;

V) Devido às suas funções, os cônsules poderiam evitar a entrada no país de elementos suspeitos e denunciar às autoridades nacionais aqueles que já estivessem em território brasileiro ou prestes a entrar, bem como fiscalizar a fim de impedir a entrada de material bélico ou propagandístico, destinado à revolução;

VI) O Itamaraty mantinha estreita ligação com instituições internacionais dedicadas à propaganda anti-comunista.<sup>18</sup>

O documento trazia um esboço da organização hierárquica interna do serviço e apontava qual seria o lugar do serviço dentro da estrutura burocrática e administrativa do MRE e em relação a outros órgãos da administração pública, diretamente envolvidos com o levantamento de informações para garantia da segurança nacional em vista da ameaça comunista. Devendo manter com os Ministérios Militares, Ministério da Justiça e com a Polícia do Distrito Federal uma estreita ligação na obra de prevenção e repressão contra o extremismo subversivo, o SEI deveria funcionar sob a direção imediata do ministro de Estado, como adido a seu Gabinete, visto o caráter confidencial e muitas vezes secreto dos assuntos submetidos à sua esfera, a responsabilidade que comportaria a solução dos mesmos e a urgência com que deveriam ser solucionados.

<sup>17</sup> Criação dos Serviços de Estudos e Investigações (S.E.I.). Data: 18/1/1937. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. CAT.034 ex 1. Comunismo. Referência: 500.1, Lata 980, maço 15604.

<sup>18</sup> MRE-RJ, 500.1, lata 980, maço 15.604; Projeto de Portaria criando os Serviços de Estudos e Investigações do Itamaraty; Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 1937.

Consequentemente, o chefe do SEI deveria ser considerado adido ao Gabinete do Ministro de Estado. Caberia ao SEI a tarefa de manter uma constante ligação com a Secretaria Geral do MRE, bem como com o chefe dos Negócios Políticos e Diplomáticos, e informar com a devida urgência as outras seções diretamente ou indiretamente interessadas em casos levados ao conhecimento daqueles serviços.<sup>19</sup> Quanto ao seu corpo funcional, até que pudesse se expandir e ampliar sua esfera de ação, o serviço continuava contando com uma datilógrafa-arquivista, que receberia o título de secretária e a qual caberia o serviço secreto ou confidencial de datilografia e a organização do arquivo do SEI, e outra datilógrafa para o serviço corrente. A primeira deveria receber uma gratificação de 200\$000 mensais em vista do volume de trabalho e da confiança que o cargo exigia.<sup>20</sup>

Importa observar também que o SEI tinha caráter secreto e por isso não aparecia no organograma oficial do MRE.<sup>21</sup> Mas através da documentação reservada que resultou do seu processo de criação e institucionalização sabe-se que o serviço foi concebido num cenário marcado por reformas administrativas no Ministério, que tiveram início ainda durante a gestão do chanceler Afrânio de Mello Franco (1931) e desencadearam um processo de maior complexificação da sua organização administrativa através da criação de subunidades diferenciadas. Essas reformas estiveram inseridas no processo mais amplo que se seguiu à “Revolução de 1930”, de modernização, racionalização e centralização do Estado brasileiro.<sup>22</sup> A criação e estruturação do SEI pode ser vista, portanto, como o primeiro passo no sentido da institucionalização de um serviço de informações dentro do Itamaraty, uma vez que no pré-projeto de criação deste órgão encontram-se dois pontos considerados

<sup>19</sup> Projeto de Portaria criando os Serviços de Estudos e Investigações do Itamaraty. (SEO). Data: 1/2/1937. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. CAT.034 ex 1. Comunismo. Referência: 500.1, Lata 980, maço 15604.

<sup>20</sup> Projeto de Portaria criando os Serviços de Estudos e Investigações do Itamaraty (SEI). Rio de Janeiro, 01/2/1937. AHI-RJ, 500.1, Lata 980, maço 15.604.

<sup>21</sup> Mapa do organograma do MRE após a reforma Mello Franco. CASTRO, 2009, vol. I, p. 320.

<sup>22</sup> De acordo com o discurso de Getúlio Vargas e dos homens que ajudaram a construir o Estado Novo, a Revolução de 1930 e o regime que se seguiu após o golpe de novembro de 1937 eram fases de um mesmo processo, ou seja, o Estado Novo teria sido um desdobramento natural do movimento que teve início em 1930. Entretanto, compreendemos que aquele foi um dos resultados possíveis que se seguiu às diversas lutas e enfrentamentos travados ao longo da década de 1930 entre os diferentes projetos que disputaram o jogo político no intervalo entre a revolução e o golpe. Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves, 2007.

fundamentais da perspectiva das diferentes definições do que consiste esse tipo de atividade:

a importância estratégica da produção de conhecimento para a condução da ação governamental.

A necessidade de que os funcionários designados para este serviço fossem capacitados para o desempenho técnico da atividade de informações, sendo consideradas condições essenciais também, para além de competência técnica, a conscientização para a conduta ética e máxima discricção.

Após o golpe de Estado de 1937, que deu início ao período denominado de Estado Novo (1937-1945), Vargas decretou uma nova Constituição Federal que atribuiu ao Conselho de Segurança Nacional a responsabilidade pela coordenação dos estudos relacionados à segurança. Como parte de um processo de redefinição das competências e da organização do órgão, foi criada a Secretaria-Geral do Conselho, que ficava diretamente subordinada à presidência da República, e, além disso, foi criada em todos os Ministérios Civis uma comissão especial de faixa de fronteira e comissões de estudo relativas à defesa da Pátria.

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, Vargas cercouse de poderes excepcionais, suspendeu as liberdades civis, dissolveu o Parlamento e extinguiu os partidos políticos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte. Ao lado da violenta repressão, foi adotada uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país. Ainda no dia 10 de novembro de 1937, alegando que a Constituição promulgada em 1934 estava “antedatada em relação ao espírito do tempo”, Vargas apresentou uma nova Carta Constitucional baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade, semelhante àquelas que vigoravam em países que naquele momento experimentavam regimes totalitários, autoritários, nacionalistas, estatizantes e corporativistas, a exemplo da Alemanha de Hitler, Itália de Mussolini e Portugal de Salazar.<sup>23</sup>

Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização econômica que transformou o Brasil, até então basicamente agrário e exportador, em uma nação urbana e industrial. Para garantir a soberania do país, Vargas realizou elevados investimentos em atividades estratégicas e assim fortaleceu as Forças Armadas, guardiãs da ordem interna e um dos principais suportes das transformações em curso. Com medidas

<sup>23</sup> PANDOLFI, Dulce. Introdução. PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 9.

centralizadoras, Vargas procurou diminuir a autonomia dos estados e exercer um controle mais rígido sobre as tradicionais oligarquias regionais. Buscando forjar um forte sentimento de identidade nacional, condição essencial para o fortalecimento do Estado, o regime elaborou e implementou leis específicas na área social, investiu na cultura e na educação e através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), além de exercer a censura sobre todos os meios de comunicação, investiu maciçamente na propaganda do regime.<sup>24</sup>

Uma das estratégias propagandísticas foi a realização da Exposição Nacional do Estado Novo no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em novembro de 1938, com o objetivo de comemorar o primeiro ano do novo regime e os oito anos de governo Vargas, demonstrando as iniciativas e realizações positivas no tocante à condução e defesa do país. O perfil dado à Exposição Nacional seguiu uma antiga tradição brasileira de apresentar ao público, no exterior ou no Brasil, o autorretrato da nação, tal como as Exposições Universais, que em diferentes momentos se prestou a apresentar o Brasil como uma nação moderna.

A exposição foi uma iniciativa do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, mas contou com a participação de todos os demais ministérios e órgãos da administração pública do país, de modo que todos tiveram um estande próprio onde puderam demonstrar suas realizações no período. O chanceler Osvaldo Aranha designou a consulesa Odette de Carvalho e Souza para representar o Ministério das Relações Exteriores junto à comissão que foi criada pelo Ministério da Justiça para elaborar a exposição. A colaboração do MRE foi especialmente solicitada para uma parte da exposição que mereceu do governo uma atenção diferenciada, a Exposição Anticomunista e de Propaganda do Estado Novo, a única que contou com um pavilhão próprio onde foi exposto um grande volume de material ilustrativo fornecido por quase todos os demais ministérios. A organização da parte da exposição referente à propaganda anticomunista ficou a cargo do Ministério da Justiça e contou com a colaboração de um representante da Polícia e do Ministério das Relações Exteriores. Segundo declarou o ministro interino da Justiça, Negrão de Lima, a colaboração do MRE era fundamental porque o ministério possuía uma vasta documentação sobre a matéria e também porque sua representante, Odette de Carvalho, possuía conhecimentos especializados em matéria do inimigo comunista.<sup>25</sup>

Após a realização da primeira reunião da comissão organizadora da exposição, a consulesa preparou um relatório reservado para o chefe

<sup>24</sup> Idem, p. 10 e 11.

<sup>25</sup> MRE-RJ, 500.1, lata 685, maço 10.044; Documento Reservado; Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1938.

do Gabinete do ministro das Relações Exteriores, informando que nos próximos dias apresentaria ao ministro interino da Justiça, Negrão de Lima, um projeto para a organização da exposição anticomunista inspirado nos métodos empregados pelos regimes nazista e fascista. Ela explicava que de acordo com tais métodos, a propaganda do Estado Novo deveria estar entrelaçada com a propaganda anticomunista: “os troféus do regime são os troféus da luta contra o flagelo rubro”. A consulesa Odette inferiu, a partir dessa primeira reunião, que duas características eram essenciais para a organização da exposição do anticomunismo: deveria ser feita de forma objetiva, com uma linguagem acessível ao povo e deveria explorar as comparações entre os anos de 1930 e 1938, marcos simbólicos daquele momento comemorativo. Sugeriu então ao chefe de Gabinete do Itamaraty que solicitasse às principais seções do MRE que colaborassem fornecendo informações relacionadas ao estabelecimento de limites, à cooperação intelectual, ao serviço de imprensa e à imagem do Brasil na imprensa internacional, às realizações e conquistas dos serviços comerciais do Itamaraty, às convenções e tratados assinados com outros países e à projeção do país no exterior.<sup>26</sup>

Na véspera da inauguração da exposição, Odette de Carvalho enviou outro relatório ao chefe de Gabinete do MRE explicando detalhadamente qual havia sido a participação do ministério na organização do evento. Com relação à exposição anticomunista, o SEI, que desde novembro de 1938 estava novamente sob a chefia da consulesa, forneceu numerosos documentos, publicações, gravuras, fotografias, além de dados estatísticos sobre a URSS, a vida no “paraíso soviético” e a ação dos “Sem Deus” no mundo, diversas caricaturas “atualizadas e adaptadas convenientemente” à realidade brasileira, cartazes e documentos originais dos “chefes da intentona comunista” de 1935, além de obras e publicações de conteúdo anticomunista. Informou ainda, que quase todo o material fotográfico referente a ação universal do comunismo havia sido encomendado diretamente à Alemanha e à Itália pelo Ministério da Justiça.<sup>27</sup>

Para expor ao público a situação dos Partidos Comunista no mundo inteiro, a consulesa informou que foi idealizado um mapa onde o público poderia verificar, simultaneamente, o alastramento da “doutrina moscovita no universo inteiro” e a gradativa manifestação da reação anticomunista, sucedendo-se rapidamente os países que tornavam ilegal em seus territórios a existência do Partido Comunista. Seriam apresentados, ainda, dados e informações sobre o trabalho de combate

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> MRE-RJ, 500.1, lata 685, maço 10.044; Documento Reservado; Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 1938.

ao comunismo em diferentes partes do mundo e a ação desempenhada por diversas instituições e sociedades “para o combate à doutrina marxista e à propaganda rubra”. No que se refere à organização do Partido Comunista no Brasil, foi elaborado um folheto explicativo para ser distribuído ao público, com o fito de sublinhar a preponderância de elementos estrangeiros no seio do partido e a sua vinculação com o movimento internacional. Além do folheto, por incumbência do Ministério da Justiça, a consulesa informou que foi “graciosamente” elaborado um trabalho sobre a “Evolução do Comunismo no Brasil”, editado no formato de livro em 80.000 exemplares, que também seriam distribuídos aos visitantes da exposição. A consulesa finalizou sua exposição lamentando não haver podido realizar “tudo quanto havia projetado ou idealizado”, mas assegurou que dentro dos estreitos limites de tempo e recurso que lhe foram impostos, empenhou todos os seus esforços para assinalar a ação do Ministério das Relações Exteriores durante os anos de governo do presidente Vargas e sua “colaboração eficiente na obra de repressão ao comunismo”.<sup>28</sup>

Em 1938, o chefe dos Serviços Políticos e Diplomáticos do Itamaraty, C. de Ouro Preto, encaminhou um ofício ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, onde se referindo ao SEI informava que aquele “Serviço de Informações”, de caráter estritamente confidencial, deveria permanecer subordinado aos Serviços Políticos e Diplomáticos. Ocupado exclusivamente das atividades comunistas no Brasil, considerava ser de toda conveniência alargar o campo de ação daquele serviço, mediante o aumento do número dos funcionários que ali serviam, agregando um fichário e um arquivo relativos às atividades nazistas, fascistas, japonesas e polonesas, bem como as semitas, de modo que pudessem, em breve lapso de tempo, dispor de elementos de informação preciosos e eficientes sobre a atuação de todas as forças extremistas que agiam no território nacional, tanto as de esquerda quanto as de direita, sem esquecer o caso *sui generis* dos judeus, mantendo, para tanto, estreito contato com os governos estaduais do Rio Grande, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, com o Exército e com a Polícia.<sup>29</sup>

O SEI não teve uma longa trajetória tampouco logrou reunir e coordenar as informações recebidas a partir de diferentes fontes de coleta no exterior, para posteriormente distribuí-las às autoridades mais diretamente interessadas, notadamente, à Polícia e os Ministérios Militares. Entretanto, ao desvelar a criação, atuação e tentativa de

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> Serviços Políticos e Diplomáticos. Rio de Janeiro, 07/04/1938. AHI-RJ. 352.11, lata 926, maço:14.323.

aperfeiçoamento deste serviço secreto dentro do MRE, revela-se a existência de um veio anticomunista dentro do corpo diplomático, que se estendeu ao longo das décadas seguintes e encontrou seu ponto culminante nos anos 1960.

Malgrado os esforços encetados por analistas integrantes e ex-integrantes da carreira diplomática, além de analistas externos, com vistas a consolidar uma prática discursiva e memorialística que caracteriza o Itamaraty e seu corpo funcional pela independência e distanciamento em relação a querelas partidárias e ideológicas, o processo de criação do SEI e sua atuação são representativos do esforço empenhado pelo MRE no sentido de organizar dentro da sua estrutura burocrática um serviço de informações composto por diplomatas especializados neste tipo de atividade, a fim de colaborar com os órgãos de polícia, com o Ministério da Justiça, os Ministérios Militares, além da presidência da República, no esforço de combate à infiltração comunista no país.

### *O Itamaraty e a institucionalização do combate ao comunismo através do CIEIX*

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e o início da Guerra Fria, a maioria dos países foi obrigada a reformular, ou ainda, criar suas agências de inteligência, de acordo com suas perspectivas ideológicas. No Brasil, o medo que alguns setores compartilhavam, desde a vitória da revolução russa em 1917 e de maneira mais intensa a partir do levante comunista de 1935, de que a nação se desintegrasse a partir da infiltração de “ideologias exóticas” se tornou, acima de tudo, questão de segurança nacional. Diante disso, concluiu-se que a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional não era um órgão suficientemente preparado para esta nova dinâmica internacional. Era necessária a criação de um órgão que reunisse a função de recolher e estudar as informações sensíveis à defesa do país de forma sistemática e permanente e que tivesse suas atribuições precisamente definidas. Assim, em 1946, na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), foi oficialmente criado o primeiro órgão de informações brasileiro, o Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI), como um organismo componente da estrutura do Conselho de Segurança Nacional, que passaria a ter o encargo de tratar das informações no Brasil. Entretanto, o SFICI só saiu do papel e foi implementado em 1956, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956- 1961).

A estrutura do SFICI era formada por 4 subseções: uma subseção responsável por questões exteriores, a qual cabia proceder

aos levantamentos estratégicos das áreas que lhes eram determinadas; uma dedicada a questões interiores, responsável por pesquisar e fazer o levantamento das potencialidades nacionais, uma subseção de operações, responsável, principalmente, por colaborar com outros órgãos governamentais no planejamento de suas operações, e uma subseção voltada para a segurança interna. Entretanto, como bem definiu o jornalista Lucas Figueiredo, o SFICI foi apenas um trampolim para a construção de um órgão de informações muito mais forte, o Serviço Nacional de Informações (SNI).<sup>30</sup>

Dado o golpe militar de 1964, a ideia fixa dos militares no poder era moralizar o país através da extinção de dois males que, do seu ponto de vista, consumiam o Brasil: a corrupção e a subversão. Antes de dar início à chamada “operação limpeza”, entretanto, o general Golbery do Couto e Silva propôs ao presidente Castelo Branco que apresentasse ao Congresso um projeto para criação de uma sólida instituição de informações, capaz de suprir a administração pública com a coleta e análise de informações acerca dos “alvos” a serem perseguidos pelo novo regime instituído.

Em 11 de maio de 1964, Castelo Branco apresentou ao Congresso Nacional o projeto de criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), aprovado em 13 de junho de 1964, através da Lei n. 4.341. Para constituir o SNI, Golbery lançou mão das experiências, dos funcionários e do arquivo do extinto SFICI.<sup>31</sup> Entretanto, diferente do seu predecessor, o SNI ficou sob a supervisão direta da Presidência da República, e não mais do Conselho de Segurança Nacional.

O SNI passou a ser o principal órgão de um amplo sistema de informações que começou a ser implantado em todo o país, cujo objetivo era não mais apenas fornecer informações ao presidente da República, mas invadir a esfera particular da vida dos cidadãos em busca de detalhes que justificassem a escalada e a manutenção da repressão. O SNI, portanto, foi o órgão central da chamada “comunidade de informações”, conjunto de órgãos que atuavam cooperativamente como fornecedores de informação ao presidente e às principais autoridades de primeiro escalão, relativas a quaisquer questões ou pessoas que de alguma forma interessassem ao regime.<sup>32</sup>

Além do SNI, cada ministério civil passou a contar com uma “Divisão de Segurança e Informações” (DSI), órgãos que obedeciam a um sistema de duplo comando, já que estavam concomitantemente

<sup>30</sup> Ver FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Ver FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 94.

subordinados aos respectivos ministros de Estado e à superintendência e coordenação do SNI. Nas autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas aos ministérios civis tais órgãos recebiam o nome de Assessoria Especial de Segurança e Informações (Aesi), muitas vezes instaladas em função do prestígio que poderiam proporcionar aos seus chefes imediatos e superiores, já que se a repartição era importante deveria contar com uma Aesi.<sup>33</sup>

As pastas militares também passaram a contar com seus próprios órgãos de informação, no intuito de combater a “subversão” com maior eficácia. A Marinha foi a primeira das três forças a se preocupar com a área de informações, e ainda no início da Guerra Fria criou o Serviço Secreto da Marinha (SSM), regulamentado em 1955 com o nome de Serviço de Informações da Marinha (SIM) e voltado especificamente para o trato de questões relacionadas àquela força. Em 1957, através do decreto n. 42.687, alterou a estrutura do Estado Maior da Armada e transformou o antigo SIM em CENIMAR, órgão que se tornou famoso durante a ditadura militar devido à sua opacidade e eficiência no combate à corrupção e subversão.

Durante o governo Costa e Silva, no ano de 1967, foi criado o CIE (Centro de Informações do Exército), que ao contrário do CENIMAR, originalmente direcionado para questões relacionadas à diplomacia e aos problemas da Marinha, foi criado especialmente em função do combate à subversão.

O ministério da Aeronáutica foi o último das Forças Armadas a criar um serviço de informações próprio. Inaugurado em julho de 1968, durante o governo Costa e Silva, com a designação de Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-SISA), foi extinto em 1970, quando a Aeronáutica então instituiu o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), outra sigla que ficou famosa durante o regime militar na repressão à luta armada.

CIE, CISA e CENIMAR foram três das mais temidas siglas do período, já que além de produtores de informações esses órgãos também se envolviam em prisões, interrogatórios e torturas. Em função desse perfil policial, os órgãos de informação militares podem ser classificados como “órgãos mistos”, já que realizavam tanto operações de informação como de segurança. Além disso, atuavam de forma bastante independente em relação ao SNI, já que se julgavam mais capacitados que seus correlatos civis.<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Loc. cit.

<sup>34</sup> Idem, p. 91.

A preocupação do regime instaurado em 1964 em identificar e neutralizar óbices oriundos de diferentes tipos e níveis de ameaça, tanto interna como externa, exigiu que paralelamente à criação dos Serviços de Informação que operavam no plano interno, fosse criada uma agência especializada para a atuação além das fronteiras territoriais do Brasil.

No início de 1966, Manuel Pio Corrêa foi nomeado para o cargo de Secretário Geral de Política Exterior. Durante o período em que esteve na Secretaria Geral do Itamaraty, Pio Corrêa foi sete vezes nomeado ministro interino das Relações Exteriores por ocasião das viagens do ministro Juracy Magalhães em missão ao exterior, o que lhe conferiu amplos poderes e liberdade para sistematizar e institucionalizar um serviço de informações dentro do Itamaraty, o Centro de Informações do Exterior (CIEX), que em conjunto com a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), permitiu que o regime estendesse o controle dos seus inimigos para além das fronteiras territoriais do país utilizando-se de canais próprios da diplomacia e da rede de informações interna e externa que se teceu em torno do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Criado em 1966, através de uma Portaria Secreta, o CIEX atuou como olhos e ouvidos da comunidade de Informações no exterior, através de um corpo de agentes e informantes composto por diplomatas de vários escalões radicados em diversos países, incumbidos, dentre outras coisas, de acompanhar as atividades de brasileiros exilados no exterior que continuavam protestando contra a falta de liberdade política no Brasil e denunciando os maus tratos impostos pelo regime contra os seus oponentes.<sup>35</sup> À medida que o regime militar se consolidava e se radicalizava, o CIEX, enquanto agência responsável pelo acompanhamento de atividades políticas ou consideradas subversivas e ameaçadoras do regime, no âmbito internacional, foi desenvolvendo um sofisticado aparelho de coleta, análise e distribuição de informações referentes a atividades políticas, intimidades e relações pessoais de exilados brasileiros em território estrangeiro, destinadas a municiar as demais agências da comunidade, como o SNI, CIE, CISA e CENIMAR.<sup>36</sup>

Em 2007, uma série de matérias a respeito do CIEX foi publicada no jornal *Correio Brasiliense*. Em uma das matérias, intitulada “O pai do Serviço Secreto do Itamaraty”,<sup>37</sup> o jornalista Cláudio Dantas explicou que o CIEX surgiu da mente do embaixador Manoel Pio Corrêa, em

<sup>35</sup> PENNA FILHO, Pio. Política externa dos governos militares. In: *Seminário 40 anos do Golpe de 64*. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 165.

<sup>36</sup> Idem, p. 166.

<sup>37</sup> SEQUEIRA, Cláudio Dantas. O pai do Serviço Secreto do Itamaraty. *Correio Brasiliense*, Brasília, 23 jul. 2007.

entrevista, ao admitir ter sido o autor intelectual e material do Centro. Além do seu depoimento confirmando a “paternidade” do CIE, Cláudio Dantas reproduziu uma passagem do livro de memórias do embaixador, na qual ele relembra que, em 1959, ao assumir chefia do Departamento Político do Itamaraty, recebeu das mãos de sua antecessora, Odette de Carvalho e Souza, “uma espécie de tesouro pessoal”: um arquivo compilado por ela própria ao longo das décadas de 1940 e 1950, com fichas de cidadãos, nacionais e estrangeiros, envolvidos em atividades consideradas subversivas, e de organizações ditas “de fachada”, que encobriam sob “rótulos inocentes” atividades “inconvenientes”. “Um precioso presente”, segundo Pio Corrêa.

Os antecedentes políticos de Pio Corrêa demonstram que o embaixador deu início à sua “cruzada anticomunista” ainda em 1959, quando recebeu o “tesouro pessoal” de Dona Odette, juntamente com o cargo de chefe do Departamento Político do Itamaraty.<sup>38</sup>

Em sua autobiografia, ao narrar os anos que chefiou o Departamento Político do Itamaraty (1959-1960), período auge da Guerra Fria, Pio Corrêa contou que além das visitas de personalidades amigas, também aportavam no Brasil visitantes “menos bem-vindos”: agentes subversivos. Quanto ao ambiente no qual desempenhou as atribuições relativas à sua função, ele descreveu como de plena ofensiva política e ideológica da URSS:

A União Soviética ambicionava tomar pé em outros países, mais importantes do que Cuba. Chile, Argentina e Brasil estavam na sua mira, e grande era a atividade de agitação e propaganda (AGITPROP) que tinha como alvos principais os setores mais permeáveis à idéias subversivas: “intelectuais”, jornalistas, artistas, estudantes e operários. A idéia era infiltrar esses meios, quer discretamente quer através de “organizações de fachada”, que podiam ser definidas como entidades ostensivas legalmente registradas, feitas para encobrir ações clandestinas e, sobretudo recrutamento de simpatizantes da “causa”, suscetíveis e adestramento como agentes.<sup>39</sup>

Sobre os Serviços Secretos, o embaixador explicou que, na ocasião, todos os serviços de informação do mundo, e não só os dos Estados comunistas, costumavam manter em outros países duas classes de agentes principais. Uns eram os “residentes locais”, que eram oficialmente acreditados como funcionários dos seus respectivos países, sob a cobertura de cargos diplomáticos ou consulares ou de funções de adidos militares, comerciais ou culturais. Esses costumavam viajar com passaportes diplomáticos, constavam das listas diplomáticas dos países

<sup>38</sup> CORRÊA, Pio. *O Mundo em que vivi*. 3 ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v., p. 581.

<sup>39</sup> Idem, p. 655-656.

junto aos quais eram acreditados e gozavam, em geral, de imunidades diplomáticas. A outra categoria era a dos “residentes ilegais” que, como o nome indica, não tinham cobertura oficial, portanto, eram clandestinos. Para além das atribuições convencionais da sua função de chefe do Departamento Político, Pio Corrêa também era responsável por cuidar dos agentes clandestinos a serviço do Itamaraty. Por esse motivo, foi nomeado membro e vice-presidente da Junta Coordenadora de Informações, que como foi explicado na I parte deste trabalho, era o ápice da pirâmide hierárquica que havia dentro do Conselho de Segurança Nacional e o ponto de convergência de todos os órgãos que formavam a comunidade de informações, na ocasião. O embaixador revelou que durante o período em que esteve nessa função, pôde ter acesso a todos os informes colhidos pelos diversos órgãos oficiais de informação, pois era na Junta que este conjunto era articulado. Segundo o embaixador relatou, era “incessante e eficaz” a vigilância e a repressão a atividades comunistas no Brasil, dado o “perfeito entendimento e comunhão de idéias” entre o ministro do Exterior, Horácio Lafer, o ministro da Justiça, Armando Falcão, e o ministro da Guerra, general Odílio Denys, ao lado dos quais, atuavam importantes colaboradores, como o chefe do SFICI, o chefe da Polícia do Distrito Federal, e os chefes dos demais órgãos da comunidade de informações. Disse ainda, que todos esses órgãos atendiam a qualquer pedido de busca de informação que ele, na condição de vice-presidente da Junta, solicitasse, e que manteve “estreitas e cordiais” relações com todos. Para reafirmar seu prestígio no meio, recordou que conseguiu reunir em um almoço no Itamaraty dezoito chefes dos vários serviços de informações, no qual “ficou selada uma inquebrantável unidade de ação”,<sup>40</sup> Mas apesar de estar bem articulado à rede federal de informações, revelou ter planejado seu próprio “núcleo de pronta intervenção” e que, para isso, solicitou e obteve do chefe de Polícia do Rio de Janeiro, que fosse colocado a disposição do seu Gabinete o comissário Rui Lisboa Dourado, figura legendária na Polícia carioca, policial destemido – e temido, segundo o próprio embaixador descreveu. O policial, com mais alguns homens e viaturas, foram colocados à disposição do Gabinete chefiado por Pio Corrêa, para cumprir missões sigilosas de observação e acompanhamento de atividades de funcionários estrangeiros no Brasil.

Vitorioso o golpe de 1964, do qual se declarou apoiador e entusiasta, Pio Corrêa assumiu a chefia da embaixada do Brasil em Montevidéu em setembro do mesmo ano. De acordo com Philip Agee, Pio Corrêa participou diretamente das ações da Central Intelligence Agency (CIA) no Uruguai, relacionadas à vigilância dos exilados brasileiros e

<sup>40</sup> Idem, p. 666.

recebeu assistência da base da CIA instalada em Montevideu para o desenvolvimento de operações para infiltração entre os exilados.<sup>41</sup> Em janeiro de 1966, Pio Corrêa foi nomeado para ocupar a Secretaria Geral do Itamaraty durante a gestão do ministro Juracy Magalhães, cargo em que permaneceu até março de 1967.

Como secretário geral, as questões externas envolvendo interesses da segurança nacional ficaram a seu cargo. Em suas memórias, contou que durante sua gestão participou várias vezes das sessões do Conselho de Segurança Nacional e que manteve um contato frequente com o general Golbery do Couto e Silva, idealizador e chefe do SNI.<sup>42</sup>

Exposta de maneira bastante resumida, a trajetória política do “pai do CIEX” permite afirmar que a criação de um órgão de espionagem dentro do Itamaraty durante sua gestão como secretário geral, resultou do ajustamento das velhas práticas do Itamaraty de controle às atividades consideradas subversivas, às novas orientações impostas pela Doutrina de Segurança Nacional e ao sistema de informações que logrou ser organizado em nível federal após a instalação do regime militar. Além disso, se o presidente Castelo Branco concedeu a Pio Corrêa os poderes para institucionalizar dentro do Itamaraty, de maneira secreta, um serviço especializado em coleta de informações no exterior, é porque o embaixador já vinha se destacando, ao longo de sua carreira, como um importante elo de ligação entre o Itamaraty e a comunidade de informações que se constituiu ao longo da história republicana no Brasil e se fortaleceu ainda mais a partir da criação do Serviço Nacional de Informações.

Em meio à abrangente produção historiográfica sobre as duas ditaduras que se seguiram, respectivamente, ao golpe de 1937 e ao golpe de 1964, é ainda hoje um desafio para os pesquisadores compreender as bases sociais e institucionais destes regimes. Estes temas, quando contemplados pela historiografia, são tratados de forma esquemática e superficial, quando não maniqueísta, resultando em um modelo interpretativo que divide os agentes sociais e instituições em “bons” e “maus”, “colaboradores” e “resistentes”, através do qual não é possível avaliar a complexidade envolvida nas disputas políticas e ideológicas em que estiveram envolvidos. Percebe-se ainda que o estudo das políticas de repressão é frequentemente suplantado pelo compromisso com a militância política ou com a memória das vítimas dos fenômenos de terror massivo, genocídios e massacres que caracterizaram o século XX

<sup>41</sup> AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

<sup>42</sup> CORRÊA, Pio. *O Mundo em que vivi*. 3 ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v., p. 930.

em boa parte do mundo, ou ainda pela ansiedade dos investigadores em denunciar as arbitrariedades e violências cometidas pelos representantes e instituições do Estado como consequência destas políticas de repressão. A historiografia brasileira ainda é carente de estudos que apontem as bases institucionais do combate ao comunismo ao longo do século XX, no Brasil.<sup>43</sup> Mais especificamente a respeito do Itamaraty, ainda prevalece o conhecimento obtido a partir das próprias memórias e produções institucionais “sacralizantes” que, em geral, enaltecem a instituição como guardiã da democracia e das tradições herdadas do seu patrono, o barão do Rio Branco.

No tocante à atuação da diplomacia brasileira na produção de informações em vista do combate ao comunismo, é corrente a afirmação de que esta atividade de informações e a diplomacia sempre coexistiram harmoniosamente na defesa dos interesses do Estado brasileiro, cabendo à primeira desempenhar ações no universo velado e à segunda agir no ambiente transparente das relações internacionais, a fim de atingir o domínio mais abrangente possível dos conhecimentos necessários para a tomada de decisão pelos dirigentes da política nacional.<sup>44</sup> Entretanto, a documentação que trata da criação do SEI é representativa de que não há uma fronteira claramente delimitada que separe as atividades de informações e a atividade diplomática, e que o primeiro não esteve restrito ao campo das atividades secretas, bem como o segundo nem sempre foi operada exclusivamente de modo transparente. Certamente, o CIEX não foi uma invenção do regime militar, tampouco foi criado porque o embaixador Pio Corrêa recebeu, da noite para o dia, “superpoderes de Castello Branco para lançar sua cruzada de combate aos comunistas além das fronteiras do Brasil”.<sup>45</sup> A ligação entre a consulesa Odette de Carvalho e o embaixador Pio Penna evidenciam que as bases para institucionalização de um serviço de informações dentro do Itamaraty foram lançadas décadas antes do golpe de 1964. Pesquisas anteriores, dedicadas ao estudo da estruturação e funcionamento do CIEX, afirmaram que o Ministério das Relações Exteriores já possuía alguma experiência no monitoramento de militantes do Partido Comunista no exterior e, de forma geral, da atuação do movimento comunista internacional, sobretudo após o fim da II Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, entretanto não chegaram a se aprofundar ou demonstrar os

<sup>43</sup> Quanto às bases sociais do anticomunismo no Brasil, merecem destaque os trabalhos de Rodrigo Patto Sá Motta, citados nas referências bibliográficas.

<sup>44</sup> OLIVEIRA, Lúcio Sérgio Porto. *A história da atividade de inteligência no Brasil*. Brasília: ABIN, 1999, p. 20.

<sup>45</sup> DANTAS, Cláudio. O pai do Serviço Secreto do Itamaraty. *Correio Braziliense*, Brasília, 23 jul. 2007.

indícios que comprovavam tal afirmação.<sup>46</sup> A criação do Centro durante a ditadura militar foi o resultado do somatório de décadas de experiência da diplomacia brasileira em monitorar no exterior as atividades consideradas subversivas, às condições proporcionadas pela instituição da Doutrina de Segurança Nacional no país. Se o embaixador Pio Corrêa foi o “pai” do CIEEX, a consulesa Odette de Carvalho foi a “mãe” do Serviço Especial de Informações ou Serviço de Estudos e Investigações (SEI), órgão que esteve na origem da sistematização e institucionalização da atividade de informações dentro do Itamaraty, visando especificamente o combate ao comunismo.

Do Serviço de Estudos e Informações (SEI) ao Centro de Informações do Exterior (CIEEX): a institucionalização das políticas de informação e repressão ao comunismo no Itamaraty

---

<sup>46</sup> PENNA FILHO, op. cit., p. 6.